

PROJETO POLÍTICO E PROJETO PEDAGÓGICO.*

Bernard Charlot.

Nesta cidade, onde se reúne o Fórum Mundial de Educação, Porto Alegre, e posteriormente em varias partes do Brasil, ouve um intenso debate nestes últimos anos sobre a questão da escola “ciclada” (a organização da escola por ciclos), em posição à escola seriada (a organização tradicional por series).Primeiro, o debate opunha a esquerda, e sobre tudo o PT, a favor da escola por ciclos, à direita, defensora da escola seriada. Depois, houve um momento em que o debate dividiu o próprio PT. Alguns defendiam a escola “ciclada” argumentando que é mais justa politicamente. O que é verdade: quando os alunos de famílias pobres têm três anos para atingir os objetivos pedagógicos, em vez de um ano, há, em principio, menos reprovação e repetência. Outros observam que a escola por ciclos permitira, em alguns lugares, reforçar o elitismo e a seleção escolar: certas escolas haviam constituído, dentro do ciclo, grupos de alunos por níveis, que condenam os alunos mais fracos a ficar mais atrasados ainda. O que também é verdade, tanto no Brasil como na França, o caso é interessante, pois há nisso uma oposição entre um principio político e determinadas conseqüências pedagógicas, contraria a esse principio.

Um outro debate está prestes a se desenvolver no Brasil, debate este que já conhecemos na França, sobre a questão da repetência. A repetência é politicamente injusta (e economicamente onerosa): as estatísticas mostram que o risco de repetência é muito maior para os alunos de famílias pobres do que para os alunos oriundos das classes médias. Porém, a análise de situações reais nas escolas, tanto na França como no Brasil, mostra ainda o seguinte: se o aluno passa para a série seguinte sem ter nível, ele não aprende nada, a classe torna-se mais difícil para o professor e outros alunos de famílias pobres, que antes não tinham dificuldade, também correm o risco de repetir. Há aqui, mais uma vez, uma contradição entre o principio político, justo, e as conseqüências pedagógicas de sua aplicação, que podem ser contrarias a esse principio político.

Essas contradições são inúmeras. Quando a esquerda chega ao poder, como foi o caso na França e como é hoje no Brasil, ela tem de enfrentar essas contradições. Diante disso, a reflexão, a análise e a pesquisa levaram-me a enunciar três princípios.

1. Todo programa pedagógico, todo currículo, todo método pedagógico tem uma dimensão política. Por trás do que às vezes parece ser uma escolha técnica, operam valores éticos e políticos, uma certa representação do ser humano, da sociedade, das relações que cada um deve manter com o mundo, com outros, consigo mesmo. Os debates pedagógicos nunca são meramente pedagógicos; eles sempre têm uma dimensão política. Um projeto pedagógico não é apenas um programa de ações, de organização, de gestão, mas remete a valores fundamentais. O inglês distingue dois termos: *politics of education* e *policy of education*. O primeiro remete à organização, ao programa, à gestão; o segundo remete a valores, a um projeto de homem e de sociedade. É preciso considerar que a pedagogia tem uma dimensão política no primeiro sentido do termo, mas também, e mais ainda, no segundo sentido.

2. Um projeto pedagógico não pode ser deduzido apenas do projeto político. Ele apresenta uma dimensão específica: é o projeto político que é

aplicado às crianças e aos adolescentes, à educação desses jovens, à sua educação em escolas. Portanto, todo projeto pedagógico apresenta uma dimensão política e uma dimensão específica.

Pode-se dizer a mesma coisa de uma outra maneira. Um projeto político define a organização de uma sociedade, ou de um grupo humano, em todos os seus componentes: a economia, o trabalho, as trocas de bens e serviços, a assistência social, a cultura, a educação, etc. Uma vez definido um projeto político geral, mediante alguns valores fundamentais, é preciso ainda “Traduzi-lo” em uma dessas dimensões da vida coletiva, isto é, reformulá-lo levando em conta as especificidades de cada uma dessas dimensões. Se não se fizer esse trabalho de reformulação específica, corre-se o risco de dispor-se de um projeto político geral, muito bonito, e, ao lado dele, de um projeto pedagógico específico, que de fato não corresponde a esse projeto político. Em uma situação como essa, o projeto pedagógico e o projeto político perdem a credibilidade: de um lado, um belo discurso que não transforma a realidade da escola: de outro, uma escola que opera conforme um projeto real que pode estar em contradição com o discurso que ela sustenta, que pode operar conforme valores, inclusive valores políticos, diferentes daquelas que constam do programa político, mesmo quando os diretores da escola e os professores estão de acordo com esse programa.

3. Um ato pedagógico é um ato, uma prática, uma situação, um contexto, com coisas que são possíveis e outras que se gostaria de fazer, mas que não são possíveis. A realidade da escola é o que ela desejaria fazer, mas é também o que ela faz.

O que a escola desejaria fazer, o que o professor desejaria fazer, o projeto que eles têm, tudo isso é importante, porque dá sentido ao que eles tentam fazer, dá-lhe força para lutar pela melhoria da situação.

No entanto, a escola é também – e, sobretudo – o que ela faz. É o que os alunos aprendem verdadeiramente, e não apenas aquilo que os programas e currículos oficiais definem como o que deve ser ensinado. São os métodos verdadeiramente empregados, e não os discursos que os textos oficiais, a própria escola e os professores sustentam sobre esse método. É a divisão real do poder e de responsabilidades, em cada escola, e não os textos oficiais sobre a gestão democrática.

Assim, há três níveis de análise que devem ser considerados:

- O projeto político global;
- O projeto pedagógico, como forma específica do projeto político;
- As práticas institucionais reais da escola e as práticas profissionais reais dos professores.

O ideal, naturalmente, é que houvesse coerência entre esses três níveis. Quando se analisa a história da educação, às vezes se encontra coerência entre eles. É o caso da escola que a República Francesa implantou no final do século XIX, para as crianças do povo, com base em um modelo universalista. É o caso também do modelo comunitário inglês e americano tradicional. Atualmente, já não existe esta coerência. Na sociedade moderna, encontra-se ao mesmo tempo:

- Um discurso sobre o direito de todos à educação... e o desenvolvimento de escolas privadas, assim como, na escola pública, um fracasso escolar, muitas vezes significativo, de que são vítimas, principalmente, as crianças pobres.

- Um discurso sobre a importância da formação, sobre o direito à cultura, um discurso sustentado por pais, alunos, políticos que esperam que a escola permita a cada jovem ter um ofício melhor, mais bem pago, mais respeitado; o discurso oficial fala de formação, de cultura, de igualdade, de democracia; porém, na realidade, a escola é pensada em termos de desenvolvimento econômico e de mais êxito para o “meu filho” que para o dos outros;
- Um discurso pedagógico de tipo construtivista (o aluno somente pode aprender por sua atividade intelectual) e práticas contraditórias com esse discurso (por exemplo, avaliação por QCM ou por resposta “verdadeiro” ou “falso”);
- Grandes discursos sobre a importância dos professores na sociedade, professores tão mal pagos que são obrigados, pra viver decentemente, a trabalhar em duas e, às vezes três escolas ao mesmo tempo.

A situação real da educação e das escolas é marcada por fortes contradições, que levam freqüentemente à existência de um grande fosso entre o discurso político que sustentam e as práticas efetivas.

São essas contradições que a esquerda tem de enfrentar quando chega ao poder. É sobre essas contradições, sobre esse fosso, que é preciso trabalhar para transformar verdadeiramente a escola, a sociedade, o mundo. Isto supõe um método, que consiste em duplo questionamento, cada um desses questionamentos convergindo para outro.

Primeira questão, para o político: o que significam especificamente os princípios políticos de defendo? Que conseqüências têm em termos de construção de escolas, de equipamento, de financiamento, de formação e de salário dos professores, de definição de programas e de currículos, de condições de estudo e de avaliação dos alunos? Isso é possível hoje? Se não é possível o que se deve fazer para que se torne possível, que programa de ações (pensado no tempo, com suas prioridades e seu financiamento) é preciso pôr em prática para realizar meu projeto político, em sua forma pedagógica?

Segunda questão, ara os diretores de escola e para professores: o que significam politicamente as minhas ações pedagógicas? Dar continuidade a elas, mesmo quando alguns alunos não as compreendem, é democrático, é congruente com minhas escolhas políticas? Fazer os alunos decorarem frases ou, pior ainda, fazê-los aprender frases que saberão recitar, mas contem palavras que não entende, corresponde ao meu modelo de cidadão em uma democracia? Passar tarefas para fazer em casa ou, pior ainda, passar tarefas inteligentes, que supõe que o aluno procure em livros ou mesmo na Internet, é uma atitude democrática, quando alguns alunos contam com recursos em casa e com pais que poderão ajudá-los, em quanto outros não? E muitos outros exemplos poderiam ser citados.

Não será por milagre que se mudará a escola, por um toque de varinha mágica, mas por um trabalho paciente, difícil, honesto (pois as contradições que é preciso enfrentar são as nossas, como políticos e como práticos, mesmo quando somos de esquerda e procuramos defender os interesses do povo). Se o que se pretende é verdadeiramente construir uma escola democrática, para um mundo mais justo e mais solidário, será preciso enfrentar essas contradições. Será difícil, mas é isso que vale a pena. E é isso que define o militante: a consciência de seus valores e a capacidade de defendê-los em seus discursos, bem como a

capacidade de enfrentar as contradições para inserir seus valores na realidade social. E se estamos reunidos aqui, pelo segundo ano consecutivo, é justamente para transformar a realidade, para transformar a escola, à luz de nossos valores,

* Texto apresentado em forma de conferência no 2º Fórum Mundial de Educação, Porto Alegre (RS), em 22 de janeiro de 2003